

Tradução mal feita de “La Trama Alternativa” da Giusi Palomba.

Raiva – desejo de punição – desejo de transformação (125 – 132)

A vítima – o monstro (138 – 148)

Também eu senti várias vezes na minha vida a necessidade de castigo, e talvez mais ainda de vingança. Senti a necessidade de castigar o Bernat, de me vingar do Giorgio ou dos outros membros da revista italiana em Barcelona. Não durou muito tempo, mas aconteceu. Nunca pensei em infligir-lhes sabe-se lá que tipo de sofrimento, de modo algum, mas apenas em deixá-los a estufar na sua própria sopa, em deixar Bernat resolver os seus próprios problemas, nos dias em que eu estava farta dos seus modos; ou teria tido vontade de expor publicamente Giorgio e aquilo que eu considerava muitas vezes a sua dupla face. Senti, certamente como toda a gente, muita raiva, e não estou a falar do humor de um dia, mas de uma raiva intensa: raiva de um acontecimento traumático, raiva de parceiros passados que me magoaram, raiva de uma amizade que acabou mal, de um chefe que tornou a minha vida impossível. Já desejei - e por vezes aconteceu - deixar-me entregar a reacções acríticas e libertadoras, sem pensar muito no assunto.

No entanto, também me aconteceu, muito antes de me envolver na resolução de conflitos e na justiça transformadora, que percebi nessa raiva uma abertura, um canal, uma possibilidade que passava pelo reconhecimento partilhado do que tinha acontecido: foi por isso que a mentira de Bernat me queimou tanto; foi por isso que insisti com o grupo da revista italiana para falar de machismo: Senti que se, para além de identificar a minha própria responsabilidade ou a dos outros, tivesse reconhecido que tinha feito uma determinada ação, ou que tinha tido um determinado comportamento, provavelmente teria sido capaz (teríamos sido capazes) de processar e gerar algo mais construtivo a partir dessa raiva. Não só para mim, mas para todos os envolvidos.

Tal como a raiva e o desejo de punir são possíveis, também o é o desejo de transformar: existe, mas é simplesmente mais difícil de intercetar, porque do exterior o imperativo é apenas reforçar o desejo de punição, alimentá-lo o mais possível. O punitivismo não é apenas chamar a polícia a uma cena de violência ou recorrer ao sistema de justiça penal para resolver um problema social: são as palavras bruscas dirigidas a um amigo em dificuldades, a um familiar que não corresponde às expectativas da família, a um empregado no trabalho que não atinge um objetivo, a uma relação íntima da qual exigimos algo que ela não nos pode dar. São as reacções sacarinhas e azedas nas redes sociais que desencadeiam discussões intermináveis.

Mas tal como o punitivismo se manifesta, também o faz a vontade transformadora. Podemos dar-nos conta do exagero e pedir desculpa quando a raiva passar. Se entre amigos, familiares, parentes, reconheçessemos que sempre desempenhamos um papel num conflito, muitas relações poderiam provavelmente ter resultados diferentes. E, afinal, isso acontece a toda a hora.

Na experiência dos processos transformativos, por vezes acontece isto: a capacidade de reparar e transformar pode tornar desnecessária a punição, porque mudam os pressupostos que se criam e os cenários que se abrem. Quando existe uma forma e um espaço para expressar a dor silenciada e, do outro lado, o reconhecimento total, a perspetiva muda e a própria dor que está na origem do desejo de punição por vezes desaparece completamente (e por vezes não). Todos os lados podem desbloquear novos níveis de realidade que permaneceram na sombra, sem serem ouvidos: por vezes são os indesejáveis e não

apresentáveis, os nossos lados mais repugnantes, aqueles que temos dificuldade em mostrar. A ação transformadora não se baseia em sufocar partes de nós próprios ou dos nossos sentimentos, mas em criar um espaço tão seguro quanto possível para que eles existam e funcionem.

O punitivismo é uma tentação a que uma sociedade enfraquecida não consegue renunciar e, de facto, perante um erro ou o que é considerado uma anormalidade, a consequência mais comum é o afastamento da comunidade, uma resposta imediata e aparentemente eficaz. Mas expulsar alguém - despejá-lo, bani-lo, excluí-lo, trancá-lo, expulsá-lo - não é reparar nem resolver. O isolamento pode gerar angústia e raiva, pode exacerbar comportamentos anti-sociais; o isolamento não gera reflexão nem consciencialização, não muda, não transforma, não educa. É apenas isolamento.

A obediência à lógica punitiva começa com pequenas escolhas, como colocar uma criança de castigo, que se transformam, como relata a autora e facilitadora norte-americana adrienne maree brown, "em detenções, suspensões, expulsões, uma pausa na vida comunitária assim que há uma violação das regras". Trata-se de uma lógica revendida e percebida como neutra, mas que nos seus efeitos práticos mais devastadores afecta precisamente as camadas mais vulneráveis da sociedade. A condição de desigualdade das pessoas não garantida pelo Estado tornar-se-á, ela própria, uma razão para ser punida: condições de miséria, insegurança habitacional, problemas com documentos, pessoas sem subsídios, deficientes, pessoas sem instrução, pessoas com uma identidade dissidente, migrantes, toxicodependentes, ou aqueles marcados por qualquer outro tipo de instabilidade ou anomalia causada pelo sistema capitalista; todas estas são condições que podem estar na base de acções consideradas criminosas.

Mas ainda nos resta um poder, o controlo da história, a vontade e a possibilidade de alterar os seus resultados. Nos últimos anos, quando as políticas hostis no Reino Unido estão a criar muitos problemas para a população migrante, muitas cidades estão a organizar banquetes de informação para travar as suas derivas mais insidiosas, como o afastamento forçado de pessoas que fugiram de guerras e da pobreza e que estão a tentar reconstruir as suas comunidades neste país.

As deportações são desumanas e visam frequentemente pessoas que simplesmente se juntaram a membros da família que já se encontram no país e estão a tentar construir uma vida digna para si próprias, tendo em conta que, atualmente, quase não existem corredores humanitários para as pessoas que tentam chegar ao Reino Unido.

Durante as guarnições, procura-se informar sobre as condições de vida precárias das pessoas mais vulneráveis, divulgar informações práticas para denunciar ou evitar deportações na vizinhança e tentar construir comunidades mais conscientes. Em maio de 2021, em Kenmure Street, em Glasgow, uma imensa mobilização popular impediu a deportação de dois homens Sikh de origem Indiana e a notícia chegou às páginas dos jornais de todo o mundo. A ação de Kenmure Street também foi possível graças às actividades da *No Evictions Network*, pessoas que informam sobre possíveis deportações e lidam com uma rede de mobilizações. Como resultado da ação, os grupos expandiram-se, as pessoas quiseram participar, fazer algo de concreto contra essa terrível ameaça, e o grupo de voluntários aumentou. Atualmente, mais ou menos todos os fins-de-semana, são montadas bancas em diferentes bairros para distribuir folhetos em várias línguas com informações úteis sobre como reagir perante uma detenção ou como participar nas actividades em curso.

Quando posso, participo no grupo que abrange a zona East End de Glasgow. Normalmente, organizamo-nos em grupos de três e saímos para a rua durante algumas horas em zonas de muito movimento. À entrada de um parque, à volta de um centro comercial, num cruzamento particularmente movimentado, não importa.

A nossa zona é habitada principalmente pela classe operária, com poucos serviços e grandes problemas. Um dia, aproximou-se um homem de sessenta anos, bastante bêbedo, que começou de forma muito agressiva e se queixou do dinheiro que os imigrantes recebem do Estado para viverem aqui. Enquanto ele não recebe nada. Porque o Estado não existe para ele. Seguiram-se comentários racistas e alguns insultos. Uma de nós três, a Sophie, começou a fazer-lhe perguntas num tom muito calmo e participativo, começou a perguntar-lhe onde vivia, qual era a sua situação familiar, basicamente passou por cima da raiva por um momento e interessou-se pela sua vida, empatizou com as verdadeiras razões do desconforto que ele estava a expressar. O homem ficou quase surpreendido no início, mas depois começou a falar com Sophie como se ela fosse sua vizinha, num tom familiar e não ameaçador. Os dois tinham conseguido estabelecer uma ligação. E o homem considerou a possibilidade de não sermos extraterrestres que tinham caído no bairro. Afinal de contas, fazíamos parte do mesmo tecido social e não era nossa intenção negar o seu sofrimento. Nessa altura, Sophie contou-lhe algo sobre como vivem alguns dos migrantes que conhece, de uma forma muito simples, sem grandes proclamações nem grandes palavras, fazendo com ele duas contas sobre o dinheiro que recebem efetivamente do Estado, contas das quais era fácil deduzir que ninguém lhe roubava nada. De vez em quando, a raiva voltava, mas de forma menos agressiva, como uma regurgitação quase inofensiva, como se o homem já não estivesse tão convencido do que estava habituado a dizer e a pensar, como se, à luz daqueles novos elementos, o mecanismo tivesse encravado.

Esta capacidade de ligação não surgiu do nada, nasceu da formação e da preparação e da forte ligação de Sophie ao bairro, do facto de ela não ter intenção de abordar o homem a partir de uma posição de superioridade, e de não ser alheia ao seu sofrimento, de conhecer as condições da zona em que coexistiam as duas situações de aflição, a do homem e a dos seus amigos requerentes de asilo. A situação podia ser vista de duas maneiras: um horrível ataque racista ou o pedido de ajuda de um homem pobre, irritado e muito só. E provavelmente eram as duas coisas, o homem é provavelmente também um incómodo insuportável, difícil de suportar pela família, mas também é provável que a deterioração gradual da sua situação o tenha afastado de qualquer pessoa que o pudesse ouvir, certamente do Estado. Naquele momento, Sophie, sentindo-se forte com o apoio dos seus companheiros e baseando-se na sua própria experiência, optou por dar peso à segunda consideração.

Uma pessoa comportou-se mal, mas não quero excluí-la de um espaço. Acredito sem hesitação numa mulher que tenha sofrido uma agressão, mas a ideia de a ver presa durante anos é para mim angustiante. Sofro de assédio, mas penso que é importante que a pessoa que me fez mal tenha acesso a um processo educativo para compreender o mal infligido. Não é fácil expressar estes pontos de vista ou pô-los em prática numa sociedade estruturada em torno do castigo, mas as pessoas que têm estes pensamentos são muitas vezes obrigadas a abafá-los e a escondê-los para se sentirem aceites, porque todos os outros pensam de forma diferente, porque basicamente a cultura em que vivemos faz com que pareça absurdo pensar sequer em alternativas ao castigo.

A ideia de que, se uma pessoa comete um erro, a sua expulsão da comunidade é a única opção, significa que esse erro muito provavelmente se repetirá noutras lugares e noutras situações, e que caberá a outros resolver o problema, outros que podem não gozar de grande proteção e salvaguarda. No fundo, relegámos para segundo plano a tarefa de refletir sobre alternativas, confiámos esse trabalho a pessoas que, de alguma forma, são obrigadas a fazê-lo para a sobrevivência das suas comunidades.

As maiores utopias ficam assim reduzidas a um slogan obsoleto, nem sequer muito convincente, até se diluírem numa prática que ainda carrega muito punitivismo interiorizado. Abolir a polícia perde o seu sentido se não formos capazes de cuidar primeiro do nosso polícia interior.

A justiça transformativa depende desta vontade de manter tudo junto, da capacidade de contemplar duas ou mais tensões ao mesmo tempo, de estar num espaço - certamente incômodo e nem sempre fácil e possível de conceber - necessário à reparação e à transformação, e de o preencher com o que for necessário para estes dois processos.

Não é certo que amanhã, na presença de um abuso, eu seja capaz de o ultrapassar sozinha sem recorrer a sistemas punitivos. Não é um caminho fácil, não é um dado adquirido e ninguém o deve exigir a ninguém. Reflito muitas vezes sobre a ideia de que o esforço para recuar de um conflito até à sua raiz foi uma forma de não encerrar relações com tantas pessoas. Por vezes, o distanciamento foi necessário, outras vezes consegui evitá-lo. Não justifiquei, não esqueci, não perdoei - como se costuma dizer -: apenas compreendi as razões de certos comportamentos e, sobretudo, percebi que sempre tive uma quota-parte de responsabilidade. E espero que alguém, pelo menos uma vez, me dê ou possa dar o mesmo luxo.

A VITIMA, O MONSTRO

A série *Unbelievable*, inspirada em factos reais, relata uma sequência de violações ocorridas entre 2008 e 2011 em alguns subúrbios de Seattle e Denver. O agressor, ao que parece, é Marc Patrick O'Leary, um veterano do exército que divide os homens em alfa e bravo. Como um alfa, O'Leary diz que tem o direito inato de poder ter sexo com quem quer que seja.

Marie Adler é uma rapariga de dezoito anos com uma vida difícil. Também ela é violada, mas o seu nome não será acrescentado - até muito mais tarde - à lista de vítimas de O'Leary. Quando Marie vai, de facto, denunciar a violação à polícia, não é acreditada. Os detectives, que a interrogam inúmeras vezes, consideram-na pouco fiável, ou mesmo inacreditável. Marie é inacreditável porque tem um historial de instabilidade familiar; porque está apenas a tentar chamar a atenção, como insinua a sua mãe adotiva; ou porque, mais provavelmente, depois de repetir a sua história inúmeras vezes, resignada, exausta, se deixa convencer pelos detectives de que sim, ela imaginou tudo e está apenas a desperdiçar o seu tempo. E, da parte da polícia, é mesmo apresentada uma queixa contra ela por perjúrio.

Algum tempo depois, as detectives Grace Rasmussen e Karen Duvall - inspiradas nas figuras reais da Sargento Edna Hendershot e da Detetive Stacy Galbraith - investigam uma série de violações e encontram uma fotografia em que aparece o bilhete de identidade de Marie, um troféu do agressor. A descoberta é feita graças a uma outra vítima, muito lúcida no seu testemunho, que fornece pormenores precisos e cruciais para a investigação.

Apesar disso, Karen Duvall segue-a e cuida dela, sabendo que o colapso emocional pode surgir a qualquer momento. É esta a diferença no tratamento dado às duas raparigas abusadas por O' Leary: os detectives, que têm formação para trabalhar com pessoas traumatizadas, compreendem muito bem que as reacções aos abusos não são fixas, podem ser díspares, dependendo da história e do carácter das pessoas abusadas. Os detectives que entrevistam Marie, pelo contrário, não têm qualquer preparação, consideram insólita a ausência de dor evidente, pedem à rapariga que repita a sua história vezes sem conta, não se asseguram de que ela está acompanhada, nem de que tem uma rede de apoio, em suma, tudo o que fazem é interpretar mal a sua confusão como sinal de falta de fiabilidade. A empatia e a preocupação dos detectives são a chave para ligar os pontos entre agressões aparentemente desconexas e restaurar a dignidade e a justiça de Marie, mesmo que isso só aconteça depois de ela ter perdido tudo: casa, emprego, a confiança de todos. A mais-valia da representação televisiva é poder focar precisamente os preconceitos de uma comunidade pouco preparada para lidar com as consequências do trauma.

Preconceitos que na vida real escapam, diluídos na indiferença. No entanto, as reacções ao trauma deslocam-se muitas vezes, podem também ser de negação, de desvio, por vezes de desaparecimento da dor. Como no caso de Marie Adler.

O que os juízes, os detectives e o público esperam das vítimas é a representação a que décadas de campanhas de sensibilização contra a violência de género nos habituaram. Todos os grandes cartazes, os anúncios de progresso, as campanhas locais, regionais e nacionais em que as protagonistas, quase sempre jovens raparigas brancas, de classe média e respeitáveis, são retratadas no seu estado mais vulnerável. São figuras sofridas, cobertas de nódoas negras e cicatrizes, um olho negro, um corpo encolhido num canto, as mãos à frente do rosto a defender-se, sujeitos completamente desprovidos de qualquer possibilidade narrativa e de controlo sobre a sua própria história, sempre contada por outra pessoa. O ponto de vista é sempre o mesmo, a lente que enquadrava a vítima reproduz o olhar do homem agressor, a perspetiva masculina domina o imaginário, tanto no ato de violência como na sua representação. Mas, tal como nas campanhas de sensibilização para o consumo de tabaco ou para os acidentes de viação, quanto mais chocantes forem as imagens, mais viciantes se tornam e levam a que a mensagem seja eliminada. Poderíamos dizer que é precisamente a representação do problema que é um dos elementos que o perpetua.

Porque a vítima perfeita, a única que ganhou o privilégio de ser acreditada, tem também uma função precisa. Representar as mulheres como eternas vítimas é mantê-las no seu lugar e prever-lhes uma única saída: recorrer à autoridade, a um poder superior - sempre exterior a elas próprias e às suas comunidades - que as possa defender numa única maneira possível, ou seja privar o próprio agressor - único responsável da violência- da liberdade física por uma data de tempo.

Será que alguma vez veremos cartazes contra a violência de género com fotografias de mulheres orgulhosas e destemidas? "A linguagem jurídica cria e reforça mitos prescritivos de feminilidade que concebem as mulheres como seres essencialmente pacíficos, passivos, incapazes de se defenderem e que, por isso, devem delegar a sua proteção em outros, nos maridos ou no Estado", afirma Laura Macaya-Andrés durante um painel sobre punitivismo. E continua: "As vítimas são criaturas a defender, devem ser infantilizadas para melhor sucumbirem à sedução do sistema penal".

Esta é uma das questões sobre as quais sempre trabalhou Tamar Pitch, jurista e autora, que trata da forma como as leis tentam, com pouca sorte, resolver problemas sociais. No seu livro *The Misunderstanding of the Victim*, Pitch diz-nos como até o termo vítima actua

sobre o imaginário, pois “evoca uma única ação por parte dos indivíduos”, comparando-o, por exemplo, com a palavra oprimido que, pelo contrário, “evoca uma situação complexa que envolve toda a biografia de um indivíduo e o une a outros indivíduos na mesma situação, digamos, estrutural”.

A relação muito estreita entre a sociedade neo-liberal e a imagem da mulher vítima torna-se explícito se o virmos nos termos de Pitch quando diz que os únicos “conflitos reconhecidos são precisamente aqueles entre vítimas e perpetradores”.

E este binômio, segundo a autora, responde perfeitamente à ideia de segurança forjada pelas sociedades neoliberais, que se centra exclusivamente na manutenção da ordem pública: a segurança torna-se o direito a ser protegido de qualquer ameaça, e esta ameaça vem “de uma desordem identificada com a pequena criminalidade, o crime de rua, os ilegalismos”. Pitch continua: “Se a sociedade-providência tinha por objetivo proteger os mais fracos dos riscos através da distribuição de bens materiais, a ‘sociedade de risco’ caracteriza-se por uma lógica negativa, a distribuição já não de bens, mas de ‘males’, ou seja, de riscos, e a política e o discurso público giram em torno da gestão e do controlo destes”. E Pitch reconhece que a “captura” do feminismo pelo neoliberalismo contribuiu para ativamente nesta mudança de foco das desigualdades sociais para a segurança pessoal.

Isto não quer dizer que o sistema de justiça criminal nunca responde às necessidades legítimas de uma pessoa que sofreu violência, mas que certamente usa a pessoa que sofreu violência para fazer avançar a sua agenda, para isolar e individualizar os problemas, nunca querendo admitir que estes não afectam apenas dois indivíduos de cada vez.

3 de março de 2021, Londres. Sarah Everard é uma mulher de trinta e três anos e, nessa noite, regressa a casa, no bairro de Clapham, depois de ter visitado um amigo. No caminho, um carro aproxima-se dela, um homem pára-a, mostra-lhe o distintivo da polícia, algema-a e obriga-a a entrar no seu carro. O homem conduz até Dover, onde a viola e estrangula, antes de queimar o seu corpo e deixar os seus restos mortais numa lagoa próxima.

Em 9 de março, o polícia Wayne Couzens é preso e os restos mortais de Everard são identificados no dia seguinte. Couzens tinha planeado violar uma mulher há algum tempo, embora ainda não tivesse escolhido Everard. Tinha passado os meses anteriores a percorrer as estradas de Londres a Kent, onde vivia, para estudar uma rota viável e, alguns dias antes do ataque, alugou um carro e comprou na Amazon um rolo de filme de plástico, do tipo utilizado para cobrir o chão.

O pretexto utilizado por Couzens para prender Everard foi provavelmente a legislação sobre o coronavírus, introduzida durante a pandemia, que deu à polícia poderes extraordinários e a capacidade de parar e pedir a identificação de qualquer pessoa fora de casa. A mesma lei que foi utilizada dias depois pela Polícia Metropolitana de Londres para perturbar a vigília em memória da morte de Everard.

Os efeitos dessas medidas foram devastadores, não apenas para mulheres: em Londres, 22.000 homens negros foram revistados, 80% das buscas não tiveram seguimento, simplesmente porque não havia razão para as justificar.

Na Inglaterra e no País de Gales os negros têm nove vezes mais probabilidade do que os brancos de serem detidos e revistados e, desde 1990, registaram-se mais de 1.700 mortes de pessoas sob custódia policial. A pesquisa dos EUA também mostra que os policiais têm 15% mais probabilidade de se envolver em violência doméstica e que pelo menos 40% das famílias dos policiais já sofreram violência doméstica.

Números assustadores. E confirmam que uniforme não é garantia de segurança.

Nos dias que se seguiram ao assassinato de Sarah Everard, Cressida Dick, então chefe da polícia de Londres, foi forçada a prestar declarações para tranquilizar a opinião pública sobre a credibilidade das forças policiais. Mas quando ele tem que responder a uma pergunta sobre como se comportar em caso de parada de um policial, chega com uma resposta chocante: se o policial estiver sozinho, então é melhor verificar sua identidade, orienta Dick, e caso a percepção de perigo persista, é melhor avisar um transeunte - passar ou refugiar-se em uma casa, bater em uma porta, que pare um ônibus ou ligue para 999, o número de emergência. O chefe da Polícia Metropolitana de Londres aconselha literalmente as mulheres a fugirem do controle dos policiais para permanecerem seguras. É assim que os colegas podem ser perigosos, segundo uma mulher da mesma instituição.

Uma vigília por Sarah Everard será realizada no parque de Clapham Common em 13 de março de 2021, e a polícia reage mal. Várias mulheres presentes na cerimônia são presas por descumprimento das regras anticovid. Patsy Stevenson também está entre eles, e seu rosto ficará conhecido porque dois policiais vão arrancá-la e prendê-la no chão por algemá-la sob o olhar de inúmeras câmeras. As imagens aparecerão na mídia durante dias, para sublinhar o quanto perturbadora era a cena: enquanto os policiais atacavam uma mulher como se ela estivesse prestes a realizar um massacre, os detalhes da história de Sarah Everard ainda estavam vívidos na memória popular.

As reações não tardam a chegar, até Boris Johnson se declara profundamente preocupado. Todos clamam pela demissão de Cressida Dick, que só chegará em fevereiro de 2022, quando for divulgado um relatório do IOPC (Escritório Independente de Conduta Policial) que acusa policiais da estação de Charing Cross de misoginia, racismo, discriminação, bullying e agressão sexual.

Naqueles dias de mobilização, as palavras de grupos como o *Sisters Uncut* - um grupo feminista e abolicionista que está empenhado, entre outras coisas, em difundir práticas para denunciar comportamentos abusivos da polícia - aparecem em todos os meios de comunicação social e, finalmente, não são descartadas como posições inadmissíveis, como teria acontecido alguns anos antes. A ideia de abolir a polícia, ou pelo menos a óbvia violência dentro dela, não são mais temas tabu. A demissão de Dick claramente não resolve o problema, mas a tese da maçã podre tornou-se impossível de defender.

Wayne Couzens não é a maçã podre, não é o monstro, e basta ampliar o olhar, dar alguns passos para trás, para entendê-lo. Desde de 2015 foi acusado pelo menos três vezes de modéstia ultrajante, no mês de outubro anterior à morte de Everard os seus colegas relataram que tiveram que ligar de volta para ele na delegacia após receber uma trabalhadora do sexo exigindo pagamento dele. Esses incidentes nunca foram seriamente investigados. Em 2018 Couzens estupra drag queen em um pub e no mesmo ano a apresentadora da estação de rádio Emma B tenta se apresentar para denunciar o homem depois de ele a arrastar para um beco. Nesse caso a polícia reage rindo dela. Wayne Couzens não é o monstro. Nos dias que antecederam o assassinato vários policiais estão sendo investigados por compartilhar fotos inadequadas nas rede social com Couzens, e um deles verá suspendido. Uma densa rede de constantes mensagens, piadas e alusões a fantasias de estupro sobre colegas são consumadas diariamente nos gabinetes da polícia.

E é seguida de comentários de policiais mulheres que comunicam à imprensa a impossibilidade de reagir. Os comportamentos dos seus colegas não eram exceção, eram bastante frequentes, mas até à descoberta das ações atrozes de Couzens, as mulheres nunca se sentiram seguras o suficiente para trazê-los de volta ao topo.

Wayne Couzens não é o monstro. Wayne Couzens, ele não é a maçã podre, não é a exceção. É o resultado da cobertura de todo o seu comportamento, de uma sociedade que nunca exigiu que ele fosse responsabilizado pelos seus atos, de todas as instituições e poderes que continuaram a deixá-lo livre para agir.

Wayne Couzens não é o monstro, mas é um homem que paradoxalmente encarna aquela ideia de segurança como manutenção da ordem pública, cujos efeitos perversos não demoram a tornar-se evidentes. O uniforme permitiu a Couzens concretizar os seus planos, o enorme desequilíbrio de poder deu-lhe uma grande vantagem no aliciamento de Everard, o terror que semeou com os seus colegas no local de trabalho, a subestimação de todos os sinais e a omertà generalizada deram-lhe rédea solta. Esta ideia de segurança, baseada na manutenção de "um território urbano limpo, vigiado, esterilizado" , não serve para proteger ninguém, é de facto um risco que se corre sobre a pele dos corpos das mulheres ou daqueles que manifestam qualquer dissidência.

Espelhando a imagem da vítima perfeita, a imagem do carnefice perfeito que a sociedade neoliberal exige - e ao mesmo tempo produz - é geralmente a de um homem sem poder ou prestígio. É um marginal, um inseguro, desprotegido ou mesmo abandonado pelas instituições. Sempre desconhecido das vítimas, de preferência pobres e não-brancas, o bode expiatório que muitas vezes obriga o feminismo mais político a dissociar-se da utilização dos corpos das mulheres para justificar políticas racistas. Só quando a identidade do agressor preenche estes requisitos é que a violência pode aspirar à atenção dos media e ser rapidamente reconhecida. Será fácil apontá-la como algo fora dos nossos círculos, uma expressão do diferente, do outro.

O perpetrador perfeito funciona bem a vários níveis: um único portador de ultra-violência com uma origem misteriosa absolve tudo o resto, e também consegue lubrificar adequadamente o mecanismo da punição como único final possível. Além disso, presta-se facilmente à representação mediática, a começar pelo exemplo mais extremo, que é também o mais clássico: a figura do assassino em série.

Entre as décadas de 1980 e 1990, os serial killers tornaram-se quase estrelas rock do macabro, celebridades ao serviço da cultura consumista norte-americana que se instalava, e a indústria do entretenimento rapidamente se apercebeu da sua rentabilidade. Livros, filmes, Programas de televisão que investigam a sua psicologia, um interesse mórbido e uma aura de fascínio e romantismo sinistro crescem à sua volta. Destes processos, sai reforçada a conceção do mal como uma entidade inata e absoluta, relacionada com a genética, bem como a representação da violência como algo fora do quotidiano, concentrada num único ponto, um buraco negro de horrores. O Ted Bundy citado por Marguerite Schinkel é, de facto, um assassino feroz, mas a sua fama deve-se também à imagem que dele é alimentada pelos meios de comunicação social, de um homem atraente com um discurso brilhante, cujas histórias se tornam matéria-prima para o entretenimento. Sem subestimar tudo o que ainda permanece opaco sobre os sujeitos que chegaram a negar brutalmente a vida a tantos seres humanos, considero extremamente interessantes algumas reinterpretações contemporâneas que, finalmente, fazem o criminoso reaparecer no contexto e lhe devolvem o papel e o peso que merece. Nestas novas narrativas, já não se trata de personagens individuais fora do comum, agindo num espaço neutro, mas de produtos de um modelo preciso de sociedade, imersos num tipo preciso de relação (ou falta dela), que em muitos casos foram deixados livres para agir sem qualquer controlo, aliás, favorecidos pelo racismo e pelo supremacismo branco da polícia, e pelos preconceitos

raciais da sociedade no seu conjunto, pela intolerância em relação à dissidência sexual e de género, em relação à alteridade em todas as suas formas.

Eric Cullen, autor de *American Evil*, está convencido disso: "Os assassinos em série não nascem, mas tornam-se".

Antigo diretor do departamento de psicologia da prisão de Grendon Underwood, em Buckinghamshire, Inglaterra - um centro de detenção famoso por oferecer oportunidades de emprego, cursos de formação e tratamento terapêutico aos reclusos - Cullen dedica a sua produção de não-ficção a desmontar a ideia do assassino-monstro em série, partindo do princípio de que é impossível ignorar que dois terços dos assassinos em série da história são americanos. Ou seja, vêm de um sítio onde as forças policiais não comunicam entre estados e onde a solidão e a marginalização causadas por uma sociedade ultra-capitalista se fazem sentir fortemente. Cullen escreve: "Estes factores existem noutras países. É claro que não são exclusivos dos Estados Unidos. Mas a diferença crucial é que nos Estados Unidos, estes factores são endémicos, generalizados e estão incorporados no tecido cultural de grandes áreas do país".